

Pergunta óbvia

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 7 de agosto de 2009

Em 2002 fui convidado pelo governo colombiano, então chefiado por Andrés Pastrana, a integrar um grupo de cidadãos latino-americanos que tentaria facilitar o diálogo com a guerrilha. Estive no país nessa condição e retornei pessimista. Vi que forças poderosas agiam para impedir uma solução negociada.

De um lado, a guerrilha superestimava sua capacidade, exigia alterações profundas no sistema político e não avaliava corretamente a mudança de cenário em curso, com a crescente intervenção dos Estados Unidos no conflito. De outro, o Estado, embora preservando rituais democráticos fundamentais, era incapaz de garantir a inserção política civil dos combatentes. Permanecia bem viva a memória da experiência da União Patriótica (UP), criada depois dos acordos de paz assinados entre o governo de Belisario Betancur (1982-1986) e as Farc.

Em 1986, como uma etapa do processo de desmobilização guerrilheira, a UP disputou eleições, elegendo bancadas parlamentares em todos os níveis, em quase todo o país. Seu candidato à presidência, Jaime Pardo Leal, ficou em terceiro lugar, ameaçando o bipartidarismo conservador.

A progressão da paz, porém, foi abortada: em operações coordenadas, fulminantes, 3.500 dirigentes da UP foram assassinados, incluindo o candidato à presidência e os que haviam assumido cargos eletivos. Os dois novos líderes do partido – Bernardo Jaramillo e o senador Manuel Cepeda Vargas – tiveram o mesmo destino, em sequência.

Os 3.500 homicídios seletivos e as mais de mil tentativas de homicídio em atentados falhados, com inúmeros feridos graves, não levaram ninguém a julgamento, pois qualquer movimentação nesse sentido provocaria um golpe de Estado. Com a UP exterminada, a solução militar – ou seja, a falta de solução – voltou a predominar. Era o que tentávamos ajudar a remediar em 2002, em um país que estava nitidamente cansado da guerra.

Intitulei “O papel estratégico da paz” o meu pronunciamento na principal sessão dos trabalhos. Retiro um trecho e traduzo: “Há mais coisas em curso. Refiro-me às movimentações que prenunciam a possibilidade de controle externo sobre a região amazônica a médio e longo prazos. Se não forem contidas, o que estará em jogo não é pouco. Entre os processos que decidirão como serão redistribuídos riqueza e poder neste novo século, em nível mundial, destacam-se três: a capacidade de manejar a biodiversidade, de alterar a matriz energética e de controlar as reservas de água doce. Essas três questões redefinem o papel da Amazônia no mundo. [...] Perdoem-me a sinceridade: é nesse contexto que vejo, com grande preocupação, a evolução da guerra civil na Colômbia. Ela poderá vir a ser a via de entrada de tropas militares estrangeiras na Amazônia. Além da dimensão humanitária, a construção da paz tem, para todos nós, uma dimensão estratégica.”

Sete anos depois, vejo confirmados os meus temores. A sequência parece-me clara. O processo de paz foi propositalmente inviabilizado. A guerrilha – que, na origem, foi uma expressão da resistência camponesa à violência dos latifundiários, mas que está obviamente deslocada no tempo – passou a ser apresentada como uma quadrilha de narcotraficantes, um golpe midiático vulgar que visa a deslegitimar qualquer iniciativa de natureza política, a única que pode ser justa e eficaz. Sob o pretexto de exterminá-la, criou-se um aparato militar que desequilibra o balanço de poder no continente.

E agora, pela primeira vez na história, sete bases serão construídas na Amazônia para abrigar tropas estrangeiras e mercenários, estes apresentados sob o eufemismo brando de “terceirizados”.

Se a guerrilha está derrotada, como todos dizem, a pergunta óbvia é: para quê?